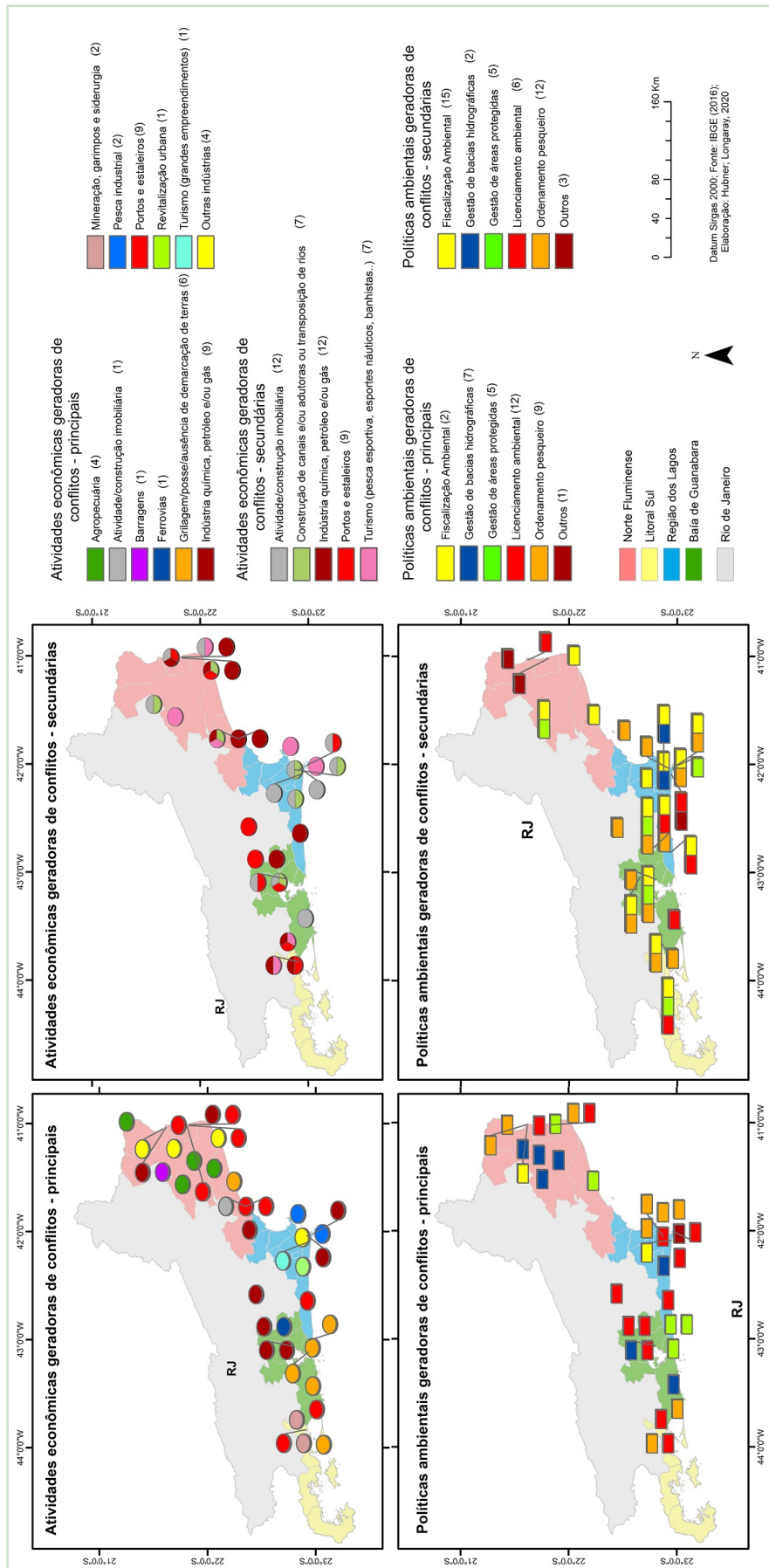


CARTOGRAFIA SOCIAL



CONFLITOS AMBIENTAIS ENVOLVENDO PESCADORES(AS) ARTESANAIS NO LITORAL FLUMINENSE: UMA ANÁLISE CONSIDERANDO ATIVIDADES ECONÔMICAS E POLÍTICAS AMBIENTAIS

ENVIRONMENTAL CONFLICTS INVOLVING ARTISANAL FISHERMEN IN THE FLUMINENSE COAST: AN ANALYSIS CONSIDERING ECONOMIC ACTIVITIES AND ENVIRONMENTAL POLICIES

CONFLICTOS AMBIENTALES RELACIONADOS A PESCADORES(AS) ARTESANALES EN EL LITORAL FLUMINENSE: UN ANÁLISIS CONSIDERANDO ACTIVIDADES ECONÓMICAS Y POLÍTICAS AMBIENTALES

Andrine da Silva Longaray

Juliana Conti Hübner

Gabriel Henrique das Dores

Gracieli Trentin

Tatiana Walter

APRESENTAÇÃO

O mapeamento de conflitos ambientais constitui importante estratégia metodológica para visibilizar manifestações e reivindicações de grupos sociais expropriados por atividades econômicas, bem como daqueles aliados de políticas ambientais. Sua relação com a cartografia social reside no fato de proporcionar visibilidade e protagonismo a comunidades tradicionais, face à exposição de suas dinâmicas sobre os territórios, meios de produção, conflitos e lutas que estas enfrentam (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013).

A pesca artesanal, como uma atividade socioproductiva, vem sofrendo com as tensões no decorrer do tempo, visto que aqueles que a praticam são impactados negativamente, recaindo-lhes o ônus de projetos de desenvolvimento econômico e de políticas ambientais que são concebidas sob o sentido da adequação tecnológica (WALTER, et al. 2019; WALTER et al, 2018). Nessa perspectiva, se tem no mapeamento de conflitos ambientais uma importante ferramenta para expor a realidade de tais comunidades. Assim, esta análise visa contribuir para a visibilidade das lutas dos pescadores(as) artesanais¹ do litoral fluminense, destacando-se no mapa tanto as atividades econômicas como as políticas ambientais que contribuem para a geração de conflitos ambientais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O mapa (Figura 1) apresenta os conflitos ambientais identificados a partir da proposta "Mapeamento de conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais do litoral fluminense"², pesquisa com formato colaborativo. A metodologia detalhada de mapeamento pode ser consultada em Trentin et al. (2020, no prelo). O conjunto de conflitos mapeados, até este momento, refere-se aqueles obtidos a partir do instrumento de coleta proposto pela própria pesquisa, e ainda, aqueles mapeados pelo projeto Mulheres na Pesca³ e pela

1. Nesta pesquisa foram considerados pescadores(as) artesanais diferentes grupos identitários (pescadores, pescadoras, marisqueiras, quilombolas, indígenas, caiçaras, catadores de caranguejo), que possuem na pesca artesanal parte do seu processo socioproductivo.

2. O mapeamento da pesquisa está disponível em: <<https://maress.furg.br/27-projetos-em-andamento/13-inp-mapeamento>>.

3. MULHERES NA PESCA. Mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e. Baixada Litorânea. Disponível em: <<https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Fiocruz⁴. O mapa traz os conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) de forma a destacar a distribuição espacial das atividades econômicas (principais e secundárias) e políticas ambientais (principais e secundárias) que geram tais conflitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 1 congrega quatro mapas que apresentam as atividades econômicas e as políticas ambientais em duas situações: como principais geradoras do conflito e também como secundárias, referindo-se àquelas que além da atividade ou política principal se relacionam de forma secundária ao conflito, de forma a potencializar os impactos gerados aos pescadores(as).

ATIVIDADES ECONÔMICAS GERADORAS DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NA PESCA ARTESANAL

Entre as 12 principais atividades econômicas mapeadas, predominaram aquelas relacionadas à Indústria Química e/ou de Petróleo e Gás (9), aos Portos e Estaleiros, incluindo dragagem, molhes e atividade retroportuária (9) e atividades relacionadas com Grilagem, posse ou ausência de demarcação de terras (6). Já as atividades secundárias sustentam os dados anteriores de que os Indústria Química e/ou de Petróleo e Gás, bem como Portos e Estaleiros são determinantes na geração de conflitos ambientais junto aos(as) pescadores(as) artesanais do litoral fluminense. Outro destaque deve-se a expansão urbana associada às atividades principais, em que a atividade imobiliária (12) reflete em alterações na dinâmica urbana dos municípios, resultando em impactos ambientais, como: invasão/dano à área protegida ou unidade de conservação, deslocamento compulsório/expulsão das famílias para a periferia, especulação imobiliária, entre outros.

A respeito da maior presença de conflitos ambientais envolvendo a indústria petrolífera, é importante salientar sua relação com impactos de empreendimentos de grande porte destinados à exploração, apoio ou escoamento de petróleo das Bacias de Campos e de Santos, intensificados pela descoberta do Pré-Sal. Os empreendimentos petrolíferos datam da década de 1950, como a Refinaria de Manguinhos, e por volta de 1960, a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) (TRENTIN et al., 2020, no prelo; WALTER et al., 2019). Mais recentemente, destaca-se o Complexo Petrolífero do Rio de Janeiro (COMPERJ), instalado na região da Baía de Guanabara, envolvendo uma série de empreendimentos, que em consequência, geraram impactos ao meio com reflexos sobre a pesca artesanal, bem como apropriação de grande parte dos territórios dos(as) pescadores(as). Ademais, mesmo que o destaque dos conflitos relacionados à atividade petrolífera apresentasse na região da Baía de Guanabara, salienta-se que no Norte Fluminense, mais precisamente no município de Macaé, predomina uma série de infraestruturas, como rebocadores, plataformas, dentre outras que envolvem sua cadeia produtiva.

Paralelamente, a atividade portuária possui destaque. Tais infraestruturas foram se intensificando no litoral fluminense seja como apoio logístico à atividade de petróleo e gás, seja para o escoamento de outros minérios produzidos principalmente no estado de Minas Gerais, com destaque ao Porto do Sudeste (Itaguaí, no Litoral Sul) e o Porto do Açú (São João da Barra, Norte Fluminense). Ambos são empreendimentos de grande porte, que originaram uma série de impactos e danos ambientais, além de violências aos pescadores(as) artesanais (LOPES et al, 2014).

POLÍTICAS AMBIENTAIS GERADORAS DE CONFLITOS AMBIENTAIS NA PESCA ARTESANAL

Cinco políticas ambientais são citadas como geradoras de conflitos ambientais, além da categoria "outras". Destas, o licenciamento ambiental – sob uma perspectiva de insuficiência, ausência ou de injustiça – foi a mais citada como principal política ambiental (12) geradora de conflitos ambientais. Também é recorrente nas políticas ambientais secundárias (8). Para Zhou e Laschefski (2010) há uma insuficiência no

4. FIOCRUZ. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

licenciamento que vem desde os diagnósticos – em que são falhas às análises das dinâmicas sociais e territoriais – como a baixa participação pelos grupos sociais mais vulneráveis aos impactos em participar dos processos decisórios. Há um domínio por parte de empresários, técnicos, membros de órgãos públicos acerca da leitura dos impactos e da definição tanto da viabilidade dos empreendimentos, como sobre a incidência de riscos e de impactos.

O ordenamento pesqueiro⁵ teve relevância como principal política ambiental (9) assim como secundária (12). Para Walter et al (2018), os regramentos oriundos do ordenamento pesqueiro estão centrados na biologia das espécies, desconsideram a territorialidade dos(as) pescadores(as), ou seja, os territórios pesqueiros, e não apresentam recorte de classe, igualando a pesca artesanal à pesca industrial.

Azevedo e Pierrri (2014) apontam que, no decorrer dos anos, as políticas ambientais, principalmente as que envolvem a pesca, apresentam diversos entraves. Pode-se perceber que a pesca artesanal é tratada como um sub-setor da pesca, sendo menos favorecida no período de 1964 a 2003. Assim, quando impactado pela concorrência desleal da pesca industrial, sofre impactos de outras atividades econômicas, perde espaço para políticas, em determinados casos conservacionistas, que surgem para amenizar os impactos dessas atividades econômicas de maior porte.

Com base nestes resultados percebe-se a importância do mapeamento colaborativo de conflitos ambientais que envolvem pescadores(as) artesanais, com o objetivo de oferecer visibilidade as suas lutas. Além disso, torna-se possível subsidiar análises com base nos impactos gerados pelas atividades econômicas e políticas ambientais que recaem sobre a pesca artesanal.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. **Cartografias sociais e território** – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H.(Org). Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. 15 - 40.
- AZEVEDO, N. T. de; PIERRI, N. **A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 32, p. 61-80, dez. 2014.
- LOPES, V. F. M.; SMARRA, A. L.; LOTUFO, C. A. Territorialidade e conflitos socioambientais: as lutas e resistências dos pescadores artesanais do RJ em defesa da cultura tradicional, do território e do meio ambiente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO. 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...**Porto Alegre: Letra1, 2014. p.494 - 506.
- TRENTIN, G ET AL. Mapeamento de conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais. In: WALTER, T.; CALDASSO, L. FISCHER, J.(Org) **Avaliação de Impactos Ambientais sob uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2020. No prelo.
- WALTER, T. ET AL. Por uma racionalidade ambiental: reflexões acerca dos regramentos propostos para pesca da tainha no estuário da Lagoa dos Patos/RS. **Ambiente & Educação**: Revista de Educação Ambiental, v. 23, p. 31-53, 2018.
- WALTER, T. ET AL. Conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais na zona costeira. In: MARTÍNEZ, S. A.; HELLEBRANDT, L. (org). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes/RJ: EDUENF, 2019. p. 75 – 109.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-34.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) cujos recursos do TAC do Campo de FRADE, exigido pelo Ministério Público Federal (MPF), IBAMA e ANP, fomentaram esta pesquisa. E ao PESCARTE que financiou o estágio pós-doutoral em Política Sociais na Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF) da

última autora. O PESCARTE é uma medida mitigadora exigida pelo licenciamento ambiental federal conduzido pelo IBAMA.

Palavras-Chave: Mapeamento. Conflito ambiental. Pescadores(as) artesanais. Atividades econômicas. Política ambiental.

Keywords: Mapping. Environmental conflict. Artisanal fishermen. Economic activities. Environmental Policy.

Palabras Clave: Mapeamiento. Conflicto ambiental. Pescadores(as) artesanales. Actividades económicas. Política ambiental.